

CONTINUIDADE DA INFORMAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UMA REVISÃO SOBRE O REGISTRO DE ASPECTOS PSICOSSOCIAIS NOS PRONTUÁRIOS

Barbara Yumi Brandão Sakane^{1*}, Gabriela Rieveres Borges de Andrade¹, Júlia
Medeiros Pereira¹

1. UFGD;

*Autor para contato: barbarayumis@gmail.com

A Atenção Primária em Saúde (APS) é reconhecida no Brasil como principal porta de entrada para o atendimento na rede de atenção à saúde do SUS. A Estratégia de Saúde da Família, junto com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, foi estruturada em 2011 como principal organizadora do cuidado, tendo como base o território. A longitudinalidade do cuidado tem sido compreendida por alguns autores como característica central da APS. O conceito de longitudinalidade pode ser definido como continuidade do cuidado em saúde prestado ao longo do tempo. Compreende-se que esta possui três dimensões, a saber: identificação da Unidade Básica de Saúde como fonte regular de cuidados, relação interpessoal entre profissionais da APS e usuários e a continuidade da informação. Este trabalho voltou-se para compreender esta última dimensão. A continuidade da informação está associada ao acúmulo de conhecimentos acerca da situação de saúde e de vida do usuário, acarretando em uma maior probabilidade em se adotar condutas terapêuticas mais eficazes. Para isso, é essencial que os registros nos prontuários abranjam, além dos dados clínicos, informações sobre os aspectos psicossociais, tais como escolaridade, situação familiar, ocupação, condições socioeconômicas, presença de transtornos mentais, dentre outras. Desta forma, o presente trabalho teve como objetivo investigar como os artigos científicos tem abordado a questão do registro de informações psicossociais nos prontuários da APS. Foi realizada uma revisão da produção de artigos científicos brasileiros publicados entre 2008 e 2020, em revistas indexadas na plataforma de pesquisa Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil). Usou-se os seguintes descritores de busca: “atenção primária ou psicossocial e prontuário”, “atenção primária ou atenção básica e

prontuário”, “atenção primária e psicologia e prontuário”, “atenção primária e prontuário”, “longitudinalidade e prontuário”, “prontuário e psicossocial”, “atenção primária e prontuário e psicossocial” e “continuidade da informação e atenção primária”. Ao todo, foram encontrados 52 artigos e após a leitura dos resumos e aplicação dos critérios de exclusão, restaram 25 artigos a serem analisados. Observou-se que apenas sete das produções encontradas possuíam por objeto central de estudo o prontuário na APS, sendo uma delas associada a dados encontrados em cartões de gestantes. Além disso, uma quantidade significativa das produções sinaliza o mau armazenamento dos registros, existência de dados ilegíveis e com informações insuficientes. Outra observação relevante refere-se à transmissão de informações: dois artigos pontuaram que as informações do prontuário são substituídas pela comunicação verbal durante as reuniões de equipe. Discorreu-se em três artigos, que as informações clínicas são mal registradas nos prontuários. Por fim, foram encontrados três artigos que explicam a ausência e importância de registrar informações de aspecto psicossocial. Nestas produções verificou-se que: as informações de ordem psicossocial auxiliam nas ações de prevenção da saúde; os registros de atributos sociais foram considerados ruins nos municípios investigados; e, o uso do prontuário familiar é fundamental para o cuidado psicossocial dos usuários. Em conclusão, na busca realizada não foram encontrados estudos que trataram, de modo específico, a perspectiva psicossocial nos prontuários da APS, havendo, portanto, carência de estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Registro de saúde, SUS, continuidade da informação, longitudinalidade.

Agradecimentos: Agradecimentos à ENSP/Fiocruz e UFGD.